



POR PEDRO DE TOLEDO PIZA

ADVOGADO ESPECIALISTA EM DIREITO AMBIENTAL PELO MACKENZIE, COM MBA PELA POLI-USP E MESTRADO PELO IPT-USP EM MITIGAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. É AUDITOR AMBIENTAL PELO EARA; MEMBRO DOS COMITÊS DE MEIO AMBIENTE DO CJE-FIESP E ABTCP; E TAMBÉM INTEGRA O CONSELHO DELIBERATIVO DA OSCIP CORREDOR ECOLÓGICO.

✉: pedrotoledopiza@gmail.com

OPORTUNIDADE DE NOVOS OLHARES

Durante o ano de 2017 tivemos o prazer de trazer alguns assuntos que julgamos relevantes para o setor, bem como foi-me oferecida a possibilidade de apresentar uma discussão mais profunda no Fórum da Revista *O Papel*, 78 Anos – Mercado & Gestão, realizado durante o Congresso ABTCP 2017.

O ano de 2018 é um ano de esperanças e também de novas perspectivas diante dos compromissos assumidos na última década, seja em termos políticos, econômico-financeiro e também sobre as questões ambientais, aspecto mais tratado ultimamente nesta coluna.

Em âmbito internacional, 2018 trará para o aspecto prático as possibilidades de execução e implementação dos esforços de mitigação das mudanças climáticas, em que se somam esforços para manter estável a temperatura do planeta, além dos esforços conjuntos de preservação de áreas de conservação e de importância biológica.

Na esfera nacional, assistiremos esforços do Ministério do Meio Ambiente para implementar as estruturas internas necessárias a consolidar planos internacionais junto à Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), além das questões eleitorais que podem minimizar ou potencializar este vigor. Acreditamos num ano de projetos e de mudanças.

Com este espírito de mudança de paradigma, resgatamos o tema que toca ao setor e que voltou à baila dentro do projeto internacional e brasileiro de conservação de biomas: a Ecologia da Paisagem. O empenho de órgãos, como o Setor Florestal Brasileiro (SFB - MMA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (MCTIC), a Embrapa, entre outros, resultou no Projeto de Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado, conhecido como “FIP Paisagem”, cujo objetivo é fortalecer a adoção de práticas de conservação e recuperação ambientais e de práticas agrícolas sustentáveis de baixa emissão de carbono em bacias selecionadas do Bioma Cerrado.

Em contato com o SFB, fomos informados que este projeto envolverá treinamento e assistência técnica para identificação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) que devam ser objeto de recuperação e conservação. Estão também previstas ações voltadas às práticas de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) em pastagens de imóveis rurais. Muito embora o espectro possa parecer pequeno à luz do setor de base florestal, o resultado em nível nacional será de grande impacto para o setor.

Os efeitos positivos

Considerando que o projeto está planejado inicialmente em nove estados brasileiros (MA, PI, TO, BA, GO, MG, MS, MT e SP) a partir de

diferentes bacias do Bioma Cerrado, entendemos que haverá possibilidade de maior regularização ambiental, com foco principalmente na implantação de corredores ecológicos em nível macrorregional a partir das conexões de paisagem, permitindo também as recargas em águas subterrâneas e melhorias das distribuições espaciais da diversidade biológica (e maior variabilidade genética).

As ações e os resultados do FIP Paisagem estão diretamente relacionados ao planejamento do uso do solo, resgatando conceitos que se perderam nos inúteis anos de embates ideológicos sobre o Código Florestal. As Linhas de Conectividade (LDC) – método de reestabelecimento da Paisagem da OSCIP Corredor Ecológico –, os conceitos de serviços ambientais e ecossistêmicos de produção de águas e conservação de nascentes, o emprego de técnicas de manejo de baixo carbono casam com os conceitos originalmente fundadores do Código Florestal vigente.

Nossa visão é de que tal programa venha a favorecer o cumprimento do Código Florestal Brasileiro (Lei Federal n. 12651/2012) por outros atores do cenário rural, disseminando práticas agrícolas sustentáveis, integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e a recuperação de pastagens degradadas com o resultado final que é planejar o uso da terra, para melhor utilização.

Em nível internacional, dentro do contexto dos acordos de mudanças climáticas, é necessário lutar pela aprovação de projetos florestais nos mecanismos internacionais, o que poderá beneficiar o setor e angariar fundos para os compromissos nacionais de redução já assumidos.

Pode-se esperar o impacto benéfico em termos setoriais nacionais, pois o planejamento do uso do solo acompanhado do Planejamento da Paisagem permitirá ao setor de base florestal implementar seus planos de crescimento nas principais regiões de seu interesse, com vistas ao aumento no fornecimento de fibra celulósica ao mercado.

Em termos ambientais, também se espera que a implementação de serviços ambientais e ecossistêmicos permitirá maior produtividade/hectare/ano, contando com melhores tecnologias para os novos produtos florestais de maior valor agregado.

É de suma importância que o setor se mobilize tecnicamente para a participação das consultas e processo de implementação do programa de paisagem junto ao Serviço Florestal Brasileiro e à instituição econômico financeira Banco Mundial. Resta claro que as ações globais voltadas à ecologia da paisagem trazem outros acessórios relevantes que devem ser elemento de reflexão futuramente nesta coluna. ■